

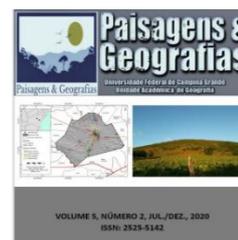


Paisagens & Geografias

ISSN: 2525-5242

REVISTA PAISAGENS
& GEOGRAFIAS

*Landscapes &
Geographies Journal*



DES-RETERRITORIZAÇÕES EM LUGAR DE FALA: EM ZONA DE SACRIFÍCIO - CAMPOS ELÍSEOS BRASILEIRA

Pammella Casimiro de Souza ¹
Camila Reis Tomaz ²
Liziane Neves dos Santos ³

- ¹ Mestranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus Maracanã, pesquisa sobre Abordagens Culturais da Geografia, e-mail: pamicasimiro@edu.unirio.br
- ² Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus Maracanã, pesquisa sobre Abordagens Culturais da Geografia, e-mail: corporalidadeafroindigena@gmail.com
- ³ Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisa sobre lutas territoriais, gênero e decolonialidade, e-mail: liznves@hotmail.com

RESUMO

A quem interessa que a população marginalizada construa territorialidades em territórios de saberes? Este trabalho visa comentar a construção de territorialidades de uma graduanda em universidade pública localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro a partir de vivências externas ao seu território, determinada zona de sacrifício, na baixada fluminense. Debruçou-se sobre a dinâmica populacional de Campos Elíseos presentes em estudos técnicos e científicos e escrevivências. A pesquisadora-protagonista das escrevivências analisadas começou a se reconhecer pertencente a Campos Elíseos a partir do conflito epistêmico entre o que dizia a academia sobre seu bairro e o que vivia, explicitando essa relação construída de multiterritorialidade em espaços socialmente distintos. Inicia-se aqui uma discussão sobre as territorialidades do corpo-território periférico, preto e feminino e seus atravessamentos. Ao experienciar os contrastes territoriais, a graduanda faz questionamentos como "Porque aqui e não lá?" sobre os aparelhos públicos e estruturas significativas e significantes de um processo de urbanização ordenada. As leituras de dados estatísticos apontam diálogo com as escrevivências ao mostrar que, desestabilizar territorialidades se apresenta como uma maneira de manter uma parcela da população dependente e controlada. Por isso, considera-se que ao experienciar as diferenças físicas, de tratamento, linguagens e acessos, as graduandas construíram um olhar sensível para seu território. Com as cotidianidades construíram-se relações plurais, e o saber situado esteve presente nessas (re)construções. Atravessadas por disputas de poderes, que caracterizam os territórios corroborando na construção das multiterritorialidades, as autoras pretas-pesquisadora marginais se posicionam frente a lugares de fala "de fora" de seus territórios.

Palavras-chave: Campos Elíseos; Territorialidades; Lugar de Fala; Escrevivência.

ABSTRACT

Who cares if the marginalized population builds territorialities in territories of knowledge? This paper aims to comment on the construction of territorialities of a graduate student in a public university located in the South Zone of Rio de Janeiro, based on experiences outside her territory, the sacrifice zone, in Baixada Fluminense. The researcher focused on the population dynamics of Campos Elíseos, present in technical and scientific studies and escrevivências. The researcher-protagonist of the analyzed escrevivências began to recognize herself as belonging to Campos Elíseos from the epistemic conflict between what academia said about her neighborhood and what she lived, explaining this constructed relation of multi-territoriality in socially distinct spaces. Here begins a discussion about the territorialities of the peripheral, black, and female body-territory and its crossings. By experiencing territorial contrasts, the graduate student asks questions such as "Why here and not there?" about the public devices and significant and meaningful structures of an orderly urbanization process. The reading of statistical data points to a dialogue with the escrevivências when showing that, destabilizing territorialities presents itself as a

way to keep a portion of the population dependent and controlled. Therefore, it is considered that by experiencing the physical differences, treatment, language, and access, the undergraduates built a sensitive look to their territory. Plural relationships were built with daily life, and the situated knowledge was present in these (re)constructions. Crossed by power disputes, which characterize the territories and corroborate the construction of multi-territorialities, the marginal black female researcher-authors position themselves in front of places of speech "from outside" their territories.

Keywords: Elysian Fields; Territorialities; Place of Speech; Writing.

1. INTRODUÇÃO

Há arte em se comunicar, e uma constante reinvenção da linguagem se faz necessária, pois a expressão enquanto ato de liberdade está prevista para todos como direito, mas o privilégio de efetivamente verbalizar o que se pensa, seja através de sons ou símbolos, não o é há muito tempo. Ser lido ou ouvido, menos ainda. Consideramos então que ser lido ou ouvido no ambiente acadêmico e por aqueles que o compõem e mantêm pode ser um ato revolucionário. 'Como devemos falar para ser ouvidos? Que lugar(es) devemos ocupar? E quais podemos?', são exemplos de inquietações recorrentes, implícita e explicitamente, em escrituras protagonizadas por corpos pretos ocupantes da universidade. As escrituras, narrativas de si propostas por Conceição Evaristo às mulheres pretas, na academia e fora dela, descreveram e inscreveram memórias do povo preto na história literária brasileira. Hoje, por movimentos como o de Giovana Xavier (2019), de convidar às escrituras acadêmicas de corpos pretos, incluso masculinos, sendo eles trans, cis e corpos não binários, outras expressões humanas divergentes do padrão branco heteronormativo também narram suas vivências através das escrituras.

'A qual corpo, território ou corpo-território devo pertencer e/ou me reconhecer, ou melhor, aparentar pertencimento, para que desse modo meu existir possa ser reconhecido, reverberar e ecoar a outros como eu?'. Muito se vê o corpo-território não-branco utilizando como estratégia de sobrevivência e forma de ser visto/notado ou passar despercebido quando necessário, o padrão branco de ser, performando isso através da fala, agir e vestir. Negando as origens raciais e/ou territoriais, sendo privado da oportunidade da descoberta de si. Quando já existe um modelo dentro de uma sociedade padronizada, você é ensinado a buscar ele na tentativa de obter sucesso, levando ao sacrifício de si, do corpo e territórios que não foram pensados para compor e sim sustentar todo um modo de vida.

Destinados às zonas de sacrifícios, não somos sacrificados, mas impostos à um cotidiano de fazeres que nos reafirmam como alvo da reprodução de práticas coloniais como as que selecionam espaços para o desenvolvimento dos centros urbanos e espaços orbitantes desse centro destinados a exploração com fins de manutenção do *status quo* geral, da centralidade à margem. Uma zona, diariamente sacrificada, para que territórios outros nesta e n'outras zonas possam brotar, desenvolver,

florescer e frutificar. Um movimento pensado por outros, mas confeccionado, mantido e custeado por nós, corpos não-brancos, territórios tornados naturezas em sacrifício, usados por “eles” para gerar e sustentar o que é belo aos olhos deles. E quem são “eles”? *São todos aqueles que não são nós, não é a gente.* Através da escrita, ao longo deste trabalho, embasado em dados e vivências (socio)ambientais, esperamos ser possível apresentarmos quem somos e porque não somos eles, principalmente quanto às lutas necessárias para ocupar¹ quem somos. Buscamos ainda caracterizar quem é o “ele”, um ser distante, operante e atuante sobre a sociedade, que ocupa, mas não pertence ao nosso lugar de fala², mas que o invade ainda assim, escrevendo sobre nós muitas vezes como se ‘ter um amigo negro’ dessem dimensão e legitimidade de entendimento a partir desse nosso lugar.

As escrevivências, em suas diversas formas, são como expressões identitárias de corpos que através do Eu representam os muitos Nós, “de quem de fato vive as circunstâncias narradas, bem como seus anseios e desejos” (BAROSSO, 2017, p. 25). Tal movimento possibilita que se “saia de si mesmo e experimente os prazeres e as angústias do(s) outro(s)” corpos semelhantes a nós (KOBBS, 2019, p. 2). A (d)escrita de e sobre si e os seus, apresentada por Conceição Evaristo (2017) aos corpos e territórios marginalizados para ocupar os espaços e incomodar o sono dos injustos (EVARISTO, 2017), abriga em suas linhas, gestos e movimentos tanto de “si, do cotidiano e das memórias. Uma maneira pela qual o indivíduo pode se reconhecer e se mostrar como sujeito” (CASIMIRO, 2021, p. 56). Ao escrever e viver, tendo ciência e consciência do tempo e espaço, e como um corpo não-branco se encaixa e é constantemente deslocado dentro das estruturas da sociedade hegemônica, direcionamos o olhar para obtermos uma visão mais holística do experienciar-viver e enxergar na arte, nas escrevivências e nas ruas da baixada, nos transportes públicos, na oralidade e principalmente nas pessoas e seus cruzos, consigo mesmo, com a vida e o Território (Figura 1).

¹ Aqui utilizaremos o termo compreendendo nossa identidade para além do corpo material e fenotípico que se vê e questiona, também reafirmando os marcadores sociais que nos deslocam e nos fazem deslocar a ponto de não apenas construirmos territorialidades durante a construção ou reprodução de saberes na academia distante de casa espacialmente, por exemplo, mas de efetivamente ocuparmos os espaços de reconhecimento dos saberes construídos distante da academia, mas levados à elas por nós, corpos-territórios (HAESBAERT, 2020) em constante trânsito, inclusive entre o que se diz e o que se é.

² Conceito que abordaremos mais à frente.



Figura 1. Foto tirada dentro do vagão do trem Saracuruna- Central do Brasil. Fonte: CASIMIRO, Pammella. 14 mai. 2018.

Em concordância com Mondardo (2009, p. 1, grifo do autor), “desde os primórdios o corpo foi necessariamente o *primeiro* território de construção das relações e, portanto de dominação e controle dos indivíduos”. Nós, corpos pretos e/ou periféricos e/ou marginalizados, somos um corpo de disputas, onde desenvolvemos múltiplas territorialidades porque somos um corpo múltiplo, de trânsito constante e imprescindível à manutenção da vida em uma sociedade que ordena seus territórios de maneira conscientemente desigual. Ser corpo-território preto em constante mobilidade por espaços que nos disputam em diferentes medidas, seja como mão de obra barata, ou como justificativa para uma pretensa guerra às drogas, implica em uma necessidade de ser mais que um, é de sermos nós, ser agente (por coletivos inteiros) e, às vezes, estratégica ou ingenuamente, se assemelhar a eles. Nas idas e vindas da nossa zona sacrificada, para um determinado local que goza com o sacrifício, encontramos nossos pares fazendo um mesmo movimento, e nesse momento vínculos são criados e percebemos que Eu também é Nós. “Essa articulação entre corpo e território, de modo mais amplo, coloca no centro o comunitário como forma de vida, permitindo abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da escala mais micro, mais íntima, que é o corpo, primeiro território de luta” (HAESBAERT, 2020, p. 80).

O corpo é elemento que cria relações, cria espaços e é espaço em constante movimento, vida e reprodução das relações. Cria-se criando espaços. Ao mesmo tempo em que cria seu espaço de vivência “está se criando” espacialmente. A partir disso, o corpo criador de relações e de espaço, recria relações de poder e, a partir destas, cria relações políticas,

criando recortes no espaço que se constituem territórios (MONDARDO, 2009, p. 3).

Tais movimentos ocorrem dentro do território, que são espaços estabelecidos por símbolos e poderes que o transformam, o delineiam e delimitam, como apresenta Raffestin (1993), desde a Europa e a partir de uma perspectiva crítica da Geografia do Poder. Contudo, ainda vemos lacunas em uma geografia que conceitua através de pessoas que são colocadas em posições de privilégio pela sociedade. Com isso, acabam deixando de lado as Geografias Vivas, em movimento (BARTHOLL, 2018) e que emergem das periferias e dos corpos não-brancos. Levando-nos a pensar que o conceito de território pode ser pretensamente um convite à leitura a todos, mas se aplica de diferentes maneiras aos sujeitos e espaços.

Entretanto, ainda segundo Raffestin (1993), o território é produto de atores sociais, que aqui reconheceremos e chamaremos de sujeitos³, protagonistas de práticas e subjetividades, identidades individuais e coletivas, e seus movimentos sobre o espaço, podendo ser uma apropriação concreta ou abstrata. E todos esses movimentos são parte de uma construção histórica que possui uma dimensão subjetiva que domina e se apropria, podendo estabelecer relações de identidade territorial, e que também pode ser uma dominação do espaço por meio de instrumentos de ação política e econômica (HAESBAERT LIMONAD, 1999). Considerando essa relação histórica/temporal, as dinâmicas espaciais são modificadas de acordo com os atores/sujeitos sociais que se relacionam com o território. Nesse sentido, observamos que a tríade espaço-tempo-território apresentada por Haesbaert (2007), é um processo relacional intrínseco à formação territorial, perspectiva também apontada por Saquet (2015) em que apresenta a temporalidade como um fator importante na transformação do espaço.

De acordo com Medeiros (2015, p. 218), o território é um “novo paradigma que responde a um certo número de funções geográficas, sociais e políticas, que se inscrevem no universo da memória, das representações e valores”. Isto é, ele pode ser um lugar que expressa valores, de ritos e confrontar crenças, o território produz seus próprios símbolos, suas significações. E os sentidos dados a um território podem ser ressignificados, pois o território também é movimento. Nesse sentido, nas construções das territorialidades, observamos essa mesma fluidez, um sujeito pode ter múltiplas territorialidades,

³ Em razão do acolhimento aos diferentes corpos que tratamos aqui, consideramos utilizar linguagem neutra na palavra sujeito, de acordo com reflexões propostas por MOURA (2021).

construída pela vivência, identificação simbólica-cultural (como aqui apresentada na Escrivivência), na apropriação do espaço e criação de raízes, pertencimento e outros.

A expressão zona de sacrifício popularizou-se a partir dos movimentos de justiça ambiental como conceito que categoriza os territórios com “superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais e áreas de moradia de populações de baixa renda” (SILVA; BUENO, 2013, p. 8). Ou seja, são espaços com atividades, principalmente de viés econômico, que “geram problemas socioambientais próximos a regiões onde tendem-se a concentrar a população mais pobre e com pouca capacidade de pressão política de resistência à proximidade de atividades poluidoras” (SILVA; BUENO, 2013, p. 1). Ainda sobre as chamadas zonas de sacrifício, tem-se que:

Esta desvalorização atrai empreendimentos industriais de risco, contribuindo ainda mais para a desvalorização local. Também é característica destas localidades a precariedade de infra-estrutura básica, refletindo a baixa prioridade dada a estes locais pelo poder público. Este conjunto de fatores cria uma conjuntura que reforça a escolha sistemática e recorrente destes locais para instalação de empreendimentos poluidores. Nestas áreas se instalam, por exemplo, aterros sanitários que recebem resíduos de áreas “nobres” distantes e pólos industriais cuja atividade implica grandes riscos de acidentes e poluição ambiental, comprometendo o solo, a água e atmosfera locais (RIOS; LOUREIRO, 2011, p. 4).

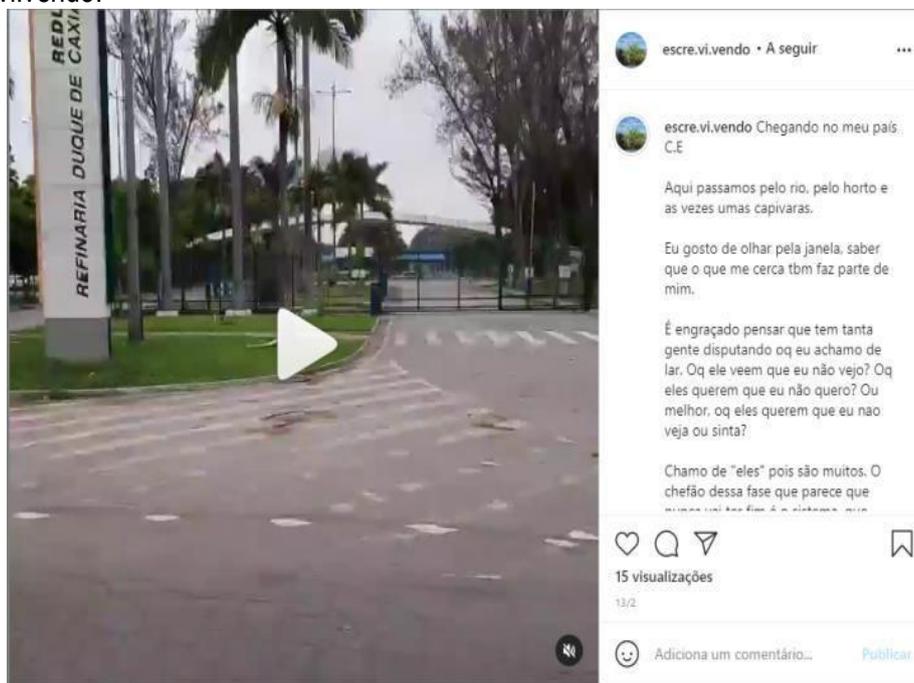
Nos territórios aqui representados (mas jamais encerrados ou igualados/uniformizados em) Campos Elíseos - Duque de Caxias, RJ, os conceitos podem nos orientar como embasamento para políticas públicas, ações de extensão universitária (quando chegam) e projetos de organizações não governamentais, por exemplo. Apesar do conhecimento científico ser reconhecido e legitimado pela academia hegemônica, levamos em consideração que tal ciência não se territorializa nos espaços que as produzem. Salvo idas a campo em um recorte próprio de tempo e entendimento, não há construção ou fortalecimento da territorialidade academia-território periférico em pesquisas não-militantes (ainda uma minoria no fazer científico), no geral. Nos levando a refletirem como é feita, por quem e a partir de onde se constroem os conhecimentos apresentados e as pautas que chegam já como decisões até nós, corpos não-brancos. Quem fala? Quem não ouve? Quem pode fazer/ser ciência?

2. METODOLOGIA

Este estudo, busca mais do que pensar respostas limitadas a um referenciais teóricos já postos, mas sim incitar perguntas a partir da realidade dos territórios (SAQUET, 2021). Reflete sobre o conceito de zona de sacrifício atravessado por lugar de fala (RIBEIRO, 2019) de quem faz ciência a partir destes territórios. E para isso, analisamos artigos e resumos produzidos anteriormente pelas autoras que se debruçam sobre seu território e demais temáticas aqui abordadas. Tomando também como embasamento teórico as escrituras constantes no perfil da rede social instagram chamado de

@escre.vi.vendo ⁴em cruza com trechos de sua escrivivência, analisada na monografia curso de Ciências Ambientais de autora deste (Figura 2).

Figura 2. Imagem do vídeo em frente à Reduc, postado no instagram de pesquisa. Fonte: @escre.vi.vendo.



O material autoral, em diálogo com o repertório teórico acerca da categorização em zona de sacrifício para lugares como Campos Elíseos, cruza em nossa análise com dados disponíveis em sites oficiais do governo como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ATLAS. A partir das informações e linguagens técnico-científicas de encontro às vivências escre(vi)vidas pelas autoras em diferentes formas, apresentamos e problematizamos a partir das territorialidades de quem define junto às de quem se descreve e reterritorializa em zonas de sacrifício, assumindo lugares de fala outros, enquanto corpos periféricos.

“A escolha do caminho metodológico é de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive” (PESSÔA, 2012, p. 2. grifo da autora). Não por acaso, a metodologia mais utilizada na geração de dados desta pesquisa foi a escrivivência (EVARISTO, 2017), em suas múltiplas possibilidades, em diálogo com a escrivivência acadêmica (XAVIER, 2019) cruzando escrita, referenciais e conceitos apresentados, como lugar de fala, território e zona de sacrifício. Para isso, como método de geração de dados, a revisão bibliográfica,

⁴ Diário de Pesquisa virtual disponível em: <https://instagram.com/escre.vi.vendo?igshid=fkwby9hnr9f3>. Acesso em: 14 out. 2022.

embasa juntamente às vivências das autoras e costura trabalhos que se debruçam sobre os conceitos abordados. Tal escolha se fundamenta na importância de trazer o olhar a vivência e a escrita de quem ocupa um lugar de fala subalternizado de uma zona em sacrifício, dentro e fora da academia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro dos limites que definem um território, todos aqueles que ali habitam e/ou transitam possuem e, por vezes, disputam um lugar de fala de privilégio em relação aos demais quanto às percepções, significações e decisões sobre o espaço vivido. Por isso, o que devemos pensar e questionar é: qual voz está sendo escutada e qual voz está sendo ouvida⁵? e pensar por que isso acontece. Quais são os mecanismos que levam um falar ecoar e, com isso, chegar mais longe e representar aquele território, e como isso reflete nas nossas relações com o espaço, sua construção e sua leitura externa à ele?

Através do olhar de uma das autoras, um corpo preto, morador de uma área periférica, mais especificamente, Campos Elíseos-Duque de Caxias, notamos que “a desigualdade social reflete-se nas condições de risco. Os mais vulneráveis não têm condições de se fazerem ouvir no espaço público, pois não existe oportunidade de questionar os efeitos da desigual distribuição da poluição e da proteção ambiental” (SILVA; BUENO, 2013, p. 7). E, em Campos Elíseos, território comumente representado pelo aglomerado de indústrias do ramo petroquímico, formando o polo industrial, as empresas são escutadas, seus impactos tendem a ser invisibilizados e os moradores tendem a ser ouvidos, quando não ignorados ou engambelados.

Um padrão que pode ser compreendido do macro para o micro. Com o olhar focado nas reflexões sobre a localização geográfica e os povos que nestes locais habitam. São diferentes escalas de um problema semelhante, uma construção elitista que molda o imaginário individual, coletivo e social. Nos preparando e ensinando para reproduzirmos a naturalização de que vivemos em zonas cujo cotidiano é de sacrifício. Contudo, para a lógica que dita a construção do contrato social mundialmente difundido, o capitalismo, é necessário que apenas alguns corpos e territórios sejam sacrificados. E, novamente nos perguntamos, quem são esses “alguns” e onde habitam?

Campos Elíseos, que também nomeia o segundo distrito, dos quatro da cidade de Duque de Caxias, é um bairro industrial pertencente à Baixada Fluminense. Desde sua consolidação, não só o bairro, como o município, eram vistos como uma forma de amortecimento e produção para a capital.

⁵ Entende-se que o ouvir é mais superficial do que o escutar. Ouvir está mais ligado aos sentidos da audição, ao próprio ouvido. "Entender, perceber pelo sentido do ouvido". Escutar, por sua vez, significa "prestar atenção para ouvir; dar atenção a; ouvir, sentir, perceber". Ou ainda: "tornar-se ou estar atento para ouvir; dar ouvidos a; aplicar o ouvido com atenção para perceber ou ouvir". Fonte: <https://www.redepsi.com.br/2006/01/25/a-escuta-anal-tica-a-diferen-a-entre-ouvir-e-escutar/>.

Características que se estendem até os dias atuais e influências nas tomadas de decisões tanto do planejamento territorial como dos sujeitos que o ocupam. Como por exemplo, a sua localização, inclinada para o suporte de crescimento econômico, por se encontrar entre o planalto mineiro e a cidade do Rio de Janeiro, segue sendo “localizada estrategicamente junto às principais rodovias do país, Presidente Dutra, Washington Luís, Avenida Brasil, Linhas Vermelha e Amarela” (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021), o que facilita o acesso e a distribuição de produtos. Assim como por seus bens naturais e mão de obra considerada mais barata.

Com isso, percebemos que a ocupação e a determinação das atividades desenvolvidas na região de Duque de Caxias caracterizam historicamente o estabelecimento de uma zona de sacrifício, uma vez que suas atividades se concentravam na função de abastecer ou aliviar problemas da capital, resultando na degradação progressiva de sua qualidade de vida e conseqüente desvalorização (RIOS; LOUREIRO, 2011, p. 3).

O contato com a industrialização e o crescimento econômico seletivo em Duque de Caxias começou ainda na década de 40, com a Fábrica Nacional de Motores (FNM), consolidada no quarto distrito do município (REINERT, 2021; CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021). “Empresa de economia mista, fundada pelo governo federal em 1942” (FNM, 2021), um “projeto ambicioso de colonização e desenvolvimento industrial que começou com a produção de motores de aviões para fins militares” (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021).

Contudo, foi durante as operações da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), uma das maiores “refinaria em complexidade do Brasil, instalada em Campos Elíseos, segundo distrito, no dia 20 de janeiro de 1961, tido como terceiro investimento feito pela Petrobras no país”, que a economia apresentou crescimentos significativos (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021).

Ainda se utilizando da vantagem estratégica da localização geográfica, o complexo industrial se encontra entre “as principais rodovias brasileiras, o que facilita o escoamento da produção, a Reduc produz 52 produtos diferentes decorrentes do processamento de petróleo e gás natural, classificados como combustíveis, lubrificantes, parafinas, petroquímicos, etc” (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021). “A refinaria abastece todo o Estado do Rio de Janeiro, parte de Minas Gerais e, por cabotagem (navios), Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. O produto brasileiro também atravessa fronteiras, chegando aos seguintes países: Estados Unidos, Peru, Uruguai, Argentina, Chile e Colômbia” (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021). Podemos citar como exemplo as empresas: Braskem, Liquigás, Transpetro (ASSECAMPE, 2021). Os principais segmentos industriais no município são químico/petroquímico, metalúrgico/gás, plástico, mobiliário e têxtil/vestuário. Atualmente, empresas

de vários segmentos têm se instalado em Duque de Caxias (CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS, 2021).

Este trabalho visa compreender a construção da territorialidade e lugar de fala, de uma graduada pela universidade pública a partir de vivências externas ao seu território, um lugar des-reterritorialização em sacrifício. Para isso, sobre o bairro de Campos Elíseos, refletimos a dinâmica populacional e estrutural a partir das escrituras da pesquisadora, mulher preta e moradora do bairro e estudante da zona sul do Rio de Janeiro entre os anos de 2016 a 2020.

Ao caminharmos pela região metropolitana do Rio de Janeiro percebemos as diferenças que envolvem tanto os sujeitos quanto o seu território.

A urbanização contemporânea nos países do capitalismo periférico apresenta uma intensificação da desigualdade sócioespacial, especialmente nas condições de risco a que estão expostos os diferentes grupos sociais, conforme sua localização no espaço urbano e intra-urbano (SILVA; BUENO, 2013).

Notamos uma mudança gradual da dificuldade em ter acessos a serviços públicos e qualidade de vida que diminui do centro para as margens. Para este trabalho em específico, observamos dois territórios com urbanísticas e padrões socioespaciais contrastantes, focando a discussão que permeia entre a zona sul do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense.

É sabido que a cidade do Rio de Janeiro, em especial a zona sul, se apresenta como um vasto campo de possibilidades a ser explorado, principalmente pelo turismo brasileiro. Podemos citar como exemplo o Cristo Redentor, Pão de Açúcar, praias famosas como Copacabana, Leme e Ipanema. Além de ser lar de alguns artistas globais e uma porcentagem significativa de pessoas de classe sociais A e B, que se aglomeram em prédios de frente para o mar. Uma parte da realidade que se reflete a dinâmica territorial local e a atuação das instituições que ali se encontram. Vende-se a imagem de que lá é um local especial e merece mais atenção, lê-se recursos econômicos e sociais, do que outras localidades. Em virtude disso, por muitos anos tentaram embranquecer, apagar e desfavelizar aqueles que não espelhavam e apresentavam essa “harmonia”.

A urbanização implementada no processo capitalista brasileiro de industrialização com baixos salários, segregação socioespacial e pouca regulação urbanística, configurou áreas que concentram problemas sociais e ambientais. A moradia dos mais pobres, sem saneamento ambiental e desflorestadas, associa-se a áreas degradadas e contaminadas, um processo promovido pelo poder público, direta ou indiretamente (SILVA; BUENO, 2013).

Ao ouvir sobre esta realidade que passava na televisão, o anseio de poder ter acesso a todas essas oportunidades citadas anteriormente era tentador, provocando em corpos empurrados para à margem e em sacrifício, um desejo em pertencer a este meio (COSTA *et al.*, 2021). Vendo no trabalho árduo, no crime ou nos estudos um caminho de mudança de território, uma rota de fuga de um local propositalmente marginalizado e esquecido, para um que era socialmente aceito.

ESCREVIVÊNCIAS

Meu meio de ascensão a esse espaço foi pelos estudos. Ao iniciar a graduação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tive a oportunidade, e se assim eu posso dizer o privilégio, de poder viver a zona sul do Rio de Janeiro, de viver a “cidade maravilhosa”. De início, tudo era novidade, a maneira na qual eles moravam em prédio com tantas pessoas e não conhecer quem dividia a mesma parede, as facilidades de acesso à água, saneamento, saúde e lazer. Como o transporte era interligado e acessível, e o local passava a falsa sensação de que eu, um corpo preto, periférico e feminino era aceito e estava “segura”.

Contudo, quando os passeios pelas ruas dos bairros Botafogo e Urca começaram a fazer parte da minha rotina, pude perceber a diferença de tratamento entre andar na Baixada, Duque de Caxias ou em Campos Elíseos e o andar pelas ruas da “zona de ouro”. Olhares que pareciam me atravessar, me viam de cima a baixo, mas não me enxergavam. As palavras soltas ao vento, mas que eram direcionadas para mim. O tratar diferente e a insistência dos mesmos em não saber o que tinha depois do limite da cidade do Rio de Janeiro, como se tudo o que estivesse do outro lado dessa linha imaginária não existisse ou não tivesse nada a oferecer além de mãos para obras.

A admiração passou a ser questionamento à medida que percebia as ausências da minha cidade e momentos de abundância pelos bairros que circulava a caminho da faculdade. E o questionamento passou para a raiva, de pensar que fomos escolhidos a dedo para suportar e subsidiar o crescimento e desenvolvimento da capital. E por fim a raiva passou para medo, de não ter saída, mudanças e ou resoluções.

O que não costuma ser abordado em relação aos territórios que não são socialmente aceitos são seus sujeitos que nele habitam, que no momento que transparecem de onde são, passam a ser tratados como corpo abjeto. Como separar o corpo do território? Como delimitar quem sou de onde vim? Para a classe burguesa e dominante é explícito quem está do outro lado da linha e quais poderão atravessá-la. A necessidade de afastamento do sujeito do seu território muitas vezes nos coloca em um limbo e nos enfraquece socialmente na luta e busca por direitos socioespaciais. Se sentir pertencente ao

nosso lugar⁶ é encarado como motivo de vergonha, o que não nos faz ser aceito, e ao mesmo tempo você não pode e nunca vai ser um dos “deles”. Já sabemos que muitas das vezes o sonho do oprimido é se tornar opressor (FREIRE, 2016). Contudo, não há manipulador sem que haja um manipulado. Perto o bastante para servir, longe o suficiente para não ser confundido ou achar que é da casa-grande.

As nuances do racismo no cotidiano, “são manifestações de algo mais profundo que se desenvolve nas entrelinhas políticas e econômicas da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 16). Ter a oportunidade de diariamente experienciar, vivenciar e transitar, principalmente estar em um transporte público intermunicipal, que permitiu construir relações e consequentemente desenvolver uma territorialidade em um território outro, para além do eu. Enxergar a estruturação do racismo dentro da sociedade, e como eu e o território somos sacrificados, repetidas vezes, para a manutenção de organizações econômicas e políticas da sociedade.

“O território e a des-territorialização compõem uma dimensão espacial ou geográfica que, frequentemente, aparece desvinculada da sua contraparte indissociável, a dimensão temporal e histórica” (HAESBAERT, 2006, p. 236). Tempo e história, dois fatores que foram fundamentais para a construção e permanência do modo de vida e movimento do corpo periférico. Nosso passado foi apagado e reescrito por aqueles que decidiram reescrever a história com sangue de todos aqueles que não performavam a sua semelhança. O que interferiu no tempo passado, no presente e futuro. No se dedicar aos estudos, no tempo que não temos com a nossa família, no tempo que temos que passar nos deslocando para outra cidade em busca de oportunidades e no tempo que não temos para entender e cobrar aquilo que é nosso por direito.

“O racismo é sempre estrutural”, moldando e integrando a sociedade e o Estado. Sendo uma forma lógica e tecnológica para manutenção da desigualdade e a violência que moldou a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2018, p. 15). Não existem bases biológicas e científicas que “justifiquem em um tratamento discriminatório entre seres humanos”, mas sim culturais. A questão racial, assim como a social-econômica, que está diretamente atrelado a raça, “ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades justificar a segregação e o genocídio de grupos socialmente considerados minoritários” (ALMEIDA, 2018, p. 24).

Com isso, segundo Silvio Almeida (2018, p. 38), o racismo é estrutural pois “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas,

⁶O uso da palavra lugar no texto corresponde ao pertencimento da autora com seu território, porém ainda que seja um conceito utilizado na geografia, não há a pretensão de o aprofundarmos aqui.

econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”.

É inegável que a contribuição para o “desenvolvimento científico está no estabelecimento das diferentes correntes de pensamento, promovendo os contrapontos sobre um mesmo objeto de estudo” (NETO *et al*, 2021). Contudo, este cenário vem se implementando a passos lentos, para que de fato falas não hegemônicas possam contribuir sobre o objeto de estudo, mesmo que esse “objeto” seja a sua realidade. Xavier (2019) chama atenção para as agendas e linguagens de pesquisas feitas por corpos pretos que chegam ao lugar de fala de quem é autorizado a pesquisar. A autora aponta ainda a relevância da renovação dessas agendas para a reafirmação do povo preto como potências no saber, fazer e saber fazer a partir de quem se é.

Quando se trata de pesquisas realizadas em áreas marginalizadas feitas por viventes dessa realidade, como Xavier (2019) e Saquet (2021) sugerem como caminho para essa promoção de contrapontos, que Neto *et al* (2021) se refere como necessário para o pretense desenvolvimento científico. Para uma academia predominantemente branca e elitista, torna-se mais fácil desterritorializar um sujeito de suas epistemes e, com isso, forçá-lo à uma reterritorialização em um espaço de saber branco e excludente do que o conhecimento emergir da periferia e se reterritorializar na academia.

A quem interessa que se construa territorialidades em territórios outros? Afastar o sujeito do seu território é um meio de controle e agenciamento da vida. O imaginário da Baixada Fluminense se configura como um imaginário coletivo, e ainda que haja a construção das territorialidades de um sujeito, esse imaginário vai refletir na sua apropriação do espaço, na construção de afetividades com seu lugar. E diante disso, as “zonas de ouro” são locais de cobiça não só pelo imaginário, mas pelo acesso a ambientes de lazer, de vasto acesso aos cenários culturais da cidade, maior qualidade de vida devido aos serviços básicos de saúde, educação considerada de excelência, e tantos outros.

Em contrapartida, os municípios da baixada, como Duque de Caxias, não apresentam cenários favoráveis que contraponham a marginalização que é veiculada pela mídia e o senso comum. Uma estratégia muito bem pensada porém sutil, que se embasa no racismo estrutural, no qual a sociedade se organiza. Onde o acesso à cultura, esporte, lazer, saúde, educação e informação, assim como saneamento básico, que se entende como direito indissociável para uma qualidade de vida, não são ofertados de maneira satisfatória. Nos levando muitas das vezes a acreditar que tal lacuna é provocada pelo território, e em alguns casos até pelos seus moradores e não pelo Estado.

Ainda por conta dessas ausências, somos levados a sair do nosso lugar em busca de oportunidades. Se o indivíduo não conhece as estratégias de dominação do Estado não tem acesso aos

serviços definidos como básicos pela Declaração dos Direitos Humanos (UNICEF, 2022) para uma população, sendo necessário deslocar-se do seu território para tal, porque lutar por ele? porque se apropriar deste local? Em que momento, no tempo e espaço, sobrar para poder desvelar os "benefícios" do governo e assim ir atrás dos direitos como cidadão, dos direitos do território e dos seres vivos que o habitam?

O movimento de desterritorialização, a partir da ascensão social dos sujeitos, oportunizou mudança no cenário das famílias do município de Duque de Caxias. O sacrifício, se assim podemos chamar, dos sujeitos que vão em direção a capital em busca de mais oportunidades, reflete também no seu território. Como podemos observar através dos índices de escolaridade (Figura 3), que ainda são alarmantes, mas nos trazem algumas respostas, como por exemplo uma maior quantidade de pessoas abaixo de 18 anos frequentando um espaço formal de educação. Contudo dentro dessa mesma categoria, nos geram alguns questionamentos como o por que da distorção idade-série no ensino médio e evasão no ensino fundamental e médio no município (ATLAS BRASIL, 2012).

Índice de escolaridade em Duque de Caxias/RJ (2000-2010)

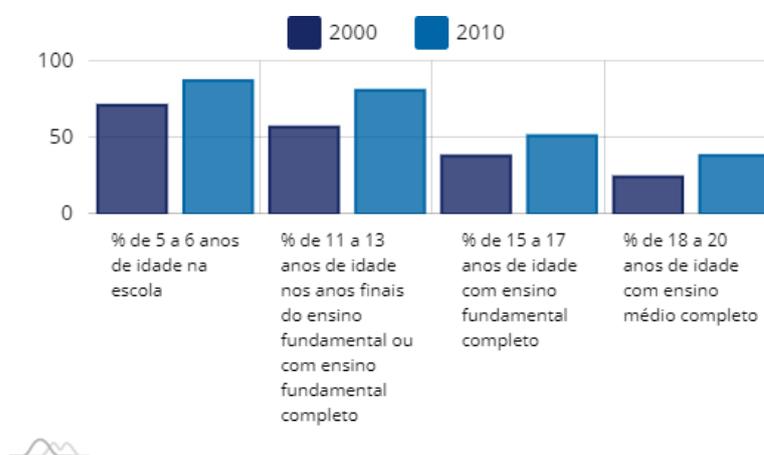


Figura 3. Gráfico presente no Atlas do Brasil referente ao índice de escolaridade na cidade de Duque de Caxias. Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330170#sec-educacao>.

Outro índice que também podemos refletir a luz do processo de busca de uma qualidade melhor de vida, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde consegue-se observar uma melhora na cidade de Duque de Caxias, um aumento de 18,30% desde 2000 (ATLAS BRASIL, 2012). Contudo ao fazer um recorte racial percebemos que esse aumento não alcançou a todos os sujeitos. “O IDHM da população negra deste município era 0,695, em 2010, o que a situava na faixa de Médio Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano era de 0,747, correspondente à faixa de Alto Desenvolvimento Humano” (ATLAS BRASIL, 2012).

De acordo com o IBGE CIDADES ano base de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes) foi de R\$45.490,6. O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos, ou seja, mede apenas os bens e serviços finais, sem contar a matéria prima e o processo, apenas sobre o preço em que chegam ao consumidor. “Dessa forma, levam em consideração também os impostos sobre os produtos comercializados” (IBGE, 2021). “Na realidade, o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período” (IBGE, 2021).

Contudo, o PIB é apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo (IBGE, 2021).

Para acompanhar o desenvolvimento humano temos o IDH, segundo o Programa das Nações Unidas (PNUD) a criação do IDH tem por objetivo apresentar um indicador de desenvolvimento que contraponha o PIB per capita, pois desse modo não há apenas uma análise da dimensão econômica de desenvolvimento. O IDH é construído por meio do progresso de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde (PNUD, 2021). O que o processo de desterritorialização em uma zona de sacrifício implica nessas três dimensões? e por que afeta a um grupo mais que outros?

De acordo com o site do IBGE Cidades, Duque de Caxias é formada, aproximadamente, por 924.624 pessoas, estimativa feita com ano base em 2020. Onde, de acordo com o DATAPEDIA, 1,12% da população se autodeclara amarela, 35,25% branca, 0,10% indígena, 49,13% parda e 14,40% preta. Ao somar-se os indivíduos não brancos, percebemos que eles compõem a maioria do município, contudo ocupam o menor lugar no *ranking* de desenvolvimento social.

4. CONSIDERAÇÕES

Tempo, dinheiro e espaço. Três palavras que nos fazem deixar nosso território, três caminhos que levam a dominação estatal. Três formas de controle da burguesia sobre o corpo- território marginalizado. Ao olharmos os dados e histórias supramencionados, nos perguntamos novamente, quais vozes estão sendo ouvidas e quais estão sendo escutadas?

Com isso, percebemos que não basta apenas existir no território, é preciso resistir e lutar pelo direito de falar e ser escutado, ocupando os espaços de fala e escrita que ecoam em políticas públicas, ações e movimentos em nossos territórios-corpos-casas. O processo de desterritorialização acontece tanto com o indivíduo, dentro ou fora do seu território. Assim como de suas epistemes e linguagens. Tais processos contribuem para que os sujeitos desenvolvam territorialidades outras para além do seu território, o que influencia diretamente na dinâmica do local o qual pertence, seja para uma melhoria focada mais nas futuras gerações, ou para o não reconhecimento do território como lugar de sujeitos que vivem e querem viver, não sobrevivem à espera do sacrifício.

Quais são as vozes que ecoam de Campos Elíseos? Até quando seremos sacrificados para que o falar de outros que se territorializam no nosso espaço possa ecoar através do nosso corpo/território?.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Estudos Saberes de Fresta (GESF/UNIRIO) pela oportunidade e espaço de fala, para que inquietudes não fossem algo a se carregar sozinha. Ao Grupo de Trabalho Pesquisa e(m) Ação do Núcleo de Estudos Território e Resistência na Globalização (NUREG/ UFF) pelas provocações, inspirações e reflexões coletivas sobre o sentipensar ao fazer uma Ciência à muitas mãos, corações e lutas! Ao Grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos) agradeço pelo espaço de formação e diálogos, experiências que contribuíram para as leituras da geografia com perspectiva, mais humana e sensível. Axé. Ao Prof. Dr. Renato Mendonça Barreto da Silva e a todo Núcleo de Estudos Cultura Popular e Sociedade (NECPS/ UFRJ) por ser e trazer fundamento, além de constante acolhida, escuta e cuidado às questões diversas oriundas de ambientes acadêmicos. À CAPES, CNPq e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. por viabilizar a conclusão deste.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG). Letramento, 2018.

ASSECAMPE. **Associação de Empresas de Campos Elíseos**. Disponível em: <http://www.assecampe.com.br/>. acesso em: 15 abr. 2021.

ATLAS BR, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Duque de Caxias, RJ**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330170#sec-educacao>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BAROSSO, Luana. (Po) éticas da escrevivência. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, n. 51, p. 22-40, 2017.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Duque de Caxias**. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155. Acesso em: 19 mar. 2021.

CASIMIRO, Pammella. **Escre(vi)vendo a Baixada: (des)estruturação do Racismo Ambiental no bairro de Campos Elíseos**. Monografia (Graduação em Ciências Ambientais). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

CEPERJ. Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Perfil Municipal: Duque de Caxias**. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/dados-estatisticos/perfil-municipal/Duque%20de%20Caxias.html. Acesso em: 5 abr. 2021.

COSTA, Rafael Nogueira et al. Imaginamundos: a importância do ato de imaginar como apropriação e resignificação de si e do mundo. In: COSTA, Rafael Nogueira; SÁNCHEZ, Celso; LOUREIRO, Robson; SILVA, Sergio Luiz Pereira da. **Imaginamundos Interfaces entre educação ambiental e imagens**. Rio de Janeiro: Nupem Editora, 2021. Cap. 1. p. 27-43.

DATAPEDIA. **Datapedia em Duque De Caxias - RJ**. Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2838/rj/duque-de-caxias#etnias>. Acesso em: 25 mar. 2021.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Antonia; FILHO, Jorge Pereira (Ed.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento; grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3a ed. Rio de Janeiro: Pallas. 2017.

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES (FNM). **FGV CPDOC**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/fabrica-nacional-de-motores-fnm>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Revista do Departamento de Geografia, GEO UERJ, n.5, p.7-19, 1 semestre de 1999.

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Revista Geographia, v.9, n. 17, 2007.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB | IBGE**. ibge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

KOBS, Verônica Daniel. ARTES, IDENTIDADES E LOCAL DE FALA. **Scripta Alumni**, v. 22, 2019.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora Consequencia, 2015.

MONDARDO, Marcos Leandro. O Corpo enquanto "primeiro" território de dominação: O biopoder e a sociedade de controle. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2009.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Língua (gem) e gênero neutro: **uma perspectiva discursiva no português brasileiro**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, v. 24, n. 47, 2021.

NETO, Sebastião Cerqueira et al. Ciências Ambientais: A interdisciplinaridade como desafio nas questões metodológicas. **Metodologias e Aprendizado**, v. 4, p. 1-10, 2021.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

REINERT, José C. História da marca FNM. **ALFA - FNM**. Disponível em: <<https://alfafnm.com/historia-da-fnm/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIOS, Natalia Tavares; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental em escolas próximas ao Pólo Industrial de Campos Elíseos: a influência do contexto industrial e do risco. **ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL**, v. 6, p. 16, 2011.

SAQUET, Charla de Marcos Aurelio. **Geografía, Ciencia Popular y Territorial: Coproduciendo Soluciones**. Vídeo: 1:24:53. Disponível em: <https://youtu.be/rVcVH2pGgGE>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma geografia das territorialidades e temporalidades: Uma concepção multidimensional voltada para cooperação e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Consequencia, 2 ed. 2015.

SILVA, Ricardo Alexandre; BUENO, Laura Machado Mello. ST4-782 INJUSTIÇA URBANA E AMBIENTAL: O PLANEJAMENTO DE “ZONAS DE SACRIFÍCIO”. **Anais ENANPUR**, v. 15, n. 1, 2013.

UNICEF. **O que são direitos humanos?**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história!** Rio de Janeiro: Malê, 2019.